

Arquivos Políticos: a arte e a política através do arquivo

Artigo completo submetido a 9 de junho de 2019

Resumo:

O presente artigo visa explicitar a vertente política do arquivo enquanto instrumento central à construção sociocultural, por oposição à percepção comum do arquivo enquanto ferramenta neutra e imparcial de recolha de registos. Para tal, o artigo inicia-se com a contextualização histórica do acervo que culmina na sua relação com os domínios da arte e da política, em ordem a enfatizar a sua dimensão política.

Palavras chave: arquivo, arte, política, sociedade.

Introdução

O campo de investigação sobre o qual se elabora o presente ensaio recai sobre o tema arquivos políticos, mais propriamente sobre a forma como o arquivo pode ser tomado como um instrumento com dimensão política. A temática em questão parte da premissa do designer e investigador Paul Soulellis enunciada num artigo intitulado *Urgent Archives*:

«[A]rquivos são máquinas de transportar o presente para o futuro. Os artistas realizam o seu trabalho não apenas para o seu próprio tempo mas também para os arquivos de arte – para o futuro onde o trabalho do artista continua presente. (...) Artistas e políticos partilham o “aqui e agora” próprio do espaço público e ambos pretendem moldar o futuro.»¹ (Soulellis, 2017)

Partindo deste entendimento, pretende-se analisar de que maneira o arquivo opera no domínio da arte como instrumento com dimensão política. Para tal, procede-se à contextualização histórica do arquivo através do impacto das novas tecnologias no armazenamento e disseminação de informação por via do arquivo digital – sendo que a arte e a política operam diretamente com a realidade da esfera do espaço público, na qual estão enraizadas as tecnologias digitais. É ainda apresentado um caso de estudo que é tomado, neste contexto, como a materialização da tese construída ao longo do ensaio.

O objetivo basilar deste artigo é o de ver o arquivo sob a lente da arte e da política no exercício das suas atividades e, com isso, comprovar a premissa de que o arquivo é um instrumento com dimensão política.

¹ Tradução livre de: “[A]rchives are machines for transporting the present into the future. Artists always do their work not only for their own time but also for art archives—for the future in which the artist’s work remains present. (...) Artists and politicians share the common “here and now” of public space, and they both want to shape the future.” (Soulellis, 2017)

1. Arquivos políticos

O arquivo – detentor daquilo que se considera de valor para determinada cultura – surge da necessidade de construir uma identidade social e histórica que prevaleça e que gere condições para a ser acrescentada ao longo dos anos, sem comprometer a integridade dos registos prévios (Orsi, 2015).

De acordo com Joan M. Schwartz e Terry Cook no ensaio *Archives, Records, and Power: The Making of Modern Memory* (2002), os arquivos são construções sociais. As suas origens provêm da necessidade de informação e do estabelecimento de valores sociais que estruturam as culturas, os governos, as potências económicas e os indivíduos que, posteriormente, determinam e mantêm esses valores. Apesar das mudanças introduzidas ao longo dos anos na própria natureza destes registos, dos seus usos e da crescente necessidade por preservá-los, os arquivos são uma peça fundamental para estabelecer poder, para o manter e controlar, uma vez que são os arquivos que detêm o domínio acerca daquilo que é sabido e se saberá sobre o passado. Em última análise, os arquivos permitem a capacidade de recordar em detrimento de esquecer.

Desde meados do século XIX que os historiadores necessitam de um arquivo que sirva como repositório dos seus factos e descobertas. No entanto, os arquivos são estabelecidos pelos detentores de instituições de poder para proteger ou enaltecer a sua posição na sociedade. Através dos arquivos o passado é controlado (e controlável), certos factos são privilegiados, enquanto outros são marginalizados e os arquivistas são parte integrante na construção destas narrativas.

Schwartz e Cook (2002) adiantam ainda que os arquivistas estão constantemente a reformular, reinterpretar e reinventar o arquivo. Isto representa uma enorme autoridade sobre a memória e a identidade, sobre as formas fundamentais em que a sociedade procura estruturar aquilo que são e que poderão vir a ser as suas fundações, de onde partiram e em que direção se dirigem. Posto isto, é possível aferir que os arquivos não são meras coleções de antigos registos, mas antes entidades ativas onde o poder social é negociado, contestado e confirmado.

Os arquivos, enquanto registos, comandam a forma e direção da erudição histórica, da memória coletiva e da identidade cultural, determinam como nos conhecemos enquanto indivíduos, grupos e sociedades. Em última instância, na busca pelas suas responsabilidades profissionais, os arquivistas detêm poder sobre precisamente os registos que são centrais à formação da memória e identidade através da gestão ativa do acervo (antes de se tornar arquivo) de processos de avaliação e seleção e,

posteriormente, a sua posição dentro do arquivo, a sua preservação e futuro uso (Schwartz e Cook, 2002).

Como tal, arquivar não é um processo neutro e imparcial de coleção de registos. O arquivo não se esgota na sua definição historicamente taxativa pois não é um objeto inerte de pesquisa, mas antes um conjunto de possíveis ferramentas prontas a ativar perante novas circunstâncias (Soulellis, 2017).

2. Digitalização do arquivo

Devido à condição inerte que lhes é associada por defeito, os arquivos são frequentemente esquecidos por detrás de paredes institucionais. Aquilo que é arquivado é considerado como pertencente ao passado, como inativo no presente (Groys, 2000).

Com os novos dispositivos digitais, a virtualização do arquivo veio fazer com que os seus elementos, ao serem digitalizados, sejam codificados numa mesma linguagem e colocados numa estrutura não hierárquica – a base de dados (Orsi, 2015).

Para além de representar a desmaterialização do objeto, a digitalização da informação proporciona-nos estruturas que permitem questionar a forma como a memória cultural é explorada e ‘lida’ por agentes humanos e informáticos. À medida que o arquivo foi reconfigurado como uma base de dados com um campo de pesquisa (Van Dijck, 2004) o computador tornou-se um agente performativo onde a navegação permite ao utilizador fazer ligações que não seriam de outra forma possíveis. Para o arquivo esta mudança significa que o seu foco se situa no ato de transferir em detrimento do de armazenar (Orsi, 2015) – pelo qual a memória é coletivamente (re)construída e recontextualizada no presente, em oposição a ser coletada e preservada a partir do passado (Sluis, 2017).

As tecnologias dos media digitais ativam a nossa capacidade de repensar o passado sob a lente do presente. Esta destituição do arquivo das suas limitações físicas permite que se torne vivo e presente para lá das paredes institucionais, para lá de considerações históricas e da oposição entre o antigo e o novo (Groys, 2000).

3. A arte e a política através do arquivo

O impulso pelo arquivo vem do desejo por parte do sujeito de conseguir transcender a sua identidade para lá da época em que vive e realiza o seu trabalho. O arquivo permite-lhe sobreviver à sua própria contemporaneidade e continuar a revelar a sua identidade num futuro do qual já não fará parte pois acarreta em si a esperança de manter e tornar acessível o trabalho do autor após a sua morte (Groys, 2013). Os arquivos

são comumente pensados como formas de conservar o passado e de dá-lo a conhecer no presente, mas, ao mesmo tempo, são também instrumentos que transportam o presente para o futuro (Soulellis, 2017).

Os artistas realizam sempre o seu trabalho não apenas para ser apresentado no imediato, mas também para ser arquivado e dado a conhecer nos anos futuros onde o seu trabalho se mantém presente. Esta é a fundamental diferença entre a arte e a política. Os artistas e os políticos partilham o espaço do “aqui e agora” (*here and now*) próprio do que é público e ambos ambicionam moldar o futuro, ainda que de formas diferentes (Idem, *Ibidem*).

Os políticos entendem o futuro como o resultado das ações que acontecem “aqui e agora”. A ação política tem de ser eficaz, de produzir resultados e de estar apta a transformar a realidade em que atua. É suposto que molde o futuro, mas que no decorrer do processo se dissolva pelos seus próprios atos e consequências. O objetivo da política é tornar-se obsoleta para, assim, dar lugar a uma nova. Já os artistas, em certa parte por oposição, não trabalham somente dentro do espaço público daquilo que acontece “aqui e agora”, também operam dentro do espaço heterogêneo dos arquivos artísticos onde são colocados em paralelo com o passado (Idem, *Ibidem*).

A arte não se desvanece quando o seu trabalho termina pois continua presente no futuro – a política molda o futuro por via da sua efemeridade; a arte molda o futuro pela sua presença prolongada. É precisamente esta consciência em relação à permanência da arte no futuro que lhe garante a oportunidade de ser influente (Groys, 2013).

4. Caso de estudo: *Hyper-stacks*

Face à adaptação do arquivo ao desenvolvimento dos meios digitais, toma-se como exemplo emblemático o projeto *Hyper-stacks* (Figura 1), desenvolvido em 2015 pelo designer e artista James Bridle. Este projeto visa inserir o acervo no seio de um organismo com dinâmicas próprias que, ao ser (re)colocado num outro contexto, o torna propício ao entendimento de novos significados.

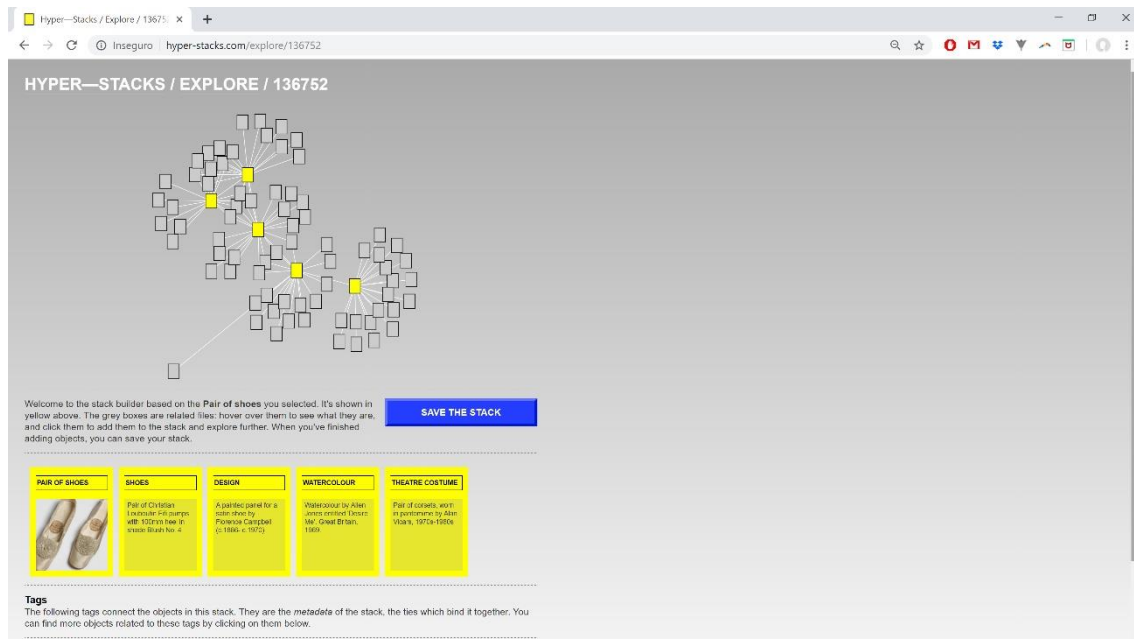


Figura 1. James Bridle, *Hyper-stacks*, 2015. Fonte: <http://hyper-stacks.com/>

Hyper-stacks trata-se de uma plataforma digital que documenta os objetos da coleção do *Victoria and Albert Museum (V&A)*, aos quais são atribuídos *tags* (que são no fundo metadados, ou seja, informação sobre a informação). Uma vez que os objetos que partilham os mesmos *tags* têm algum grau de afinidade entre si torna-se possível mapear uma rede de relações a partir da análise semântica destes elementos e de pequenas formas de inteligência artificial. Como resultado deste processo são organizados os *stacks* que se tratam de conjuntos de objetos visualizados na rede que revela, então, as conexões entre os artefactos.

Na página inicial, o utilizador do *Hyper-Stacks* tem a possibilidade de consultar a listagem de cada objeto que figura no site isoladamente, tão bem como ter acesso a *stacks* criados previamente pelas entidades do V&A ou por outros utilizadores. Poderá também criar o seu próprio *stack* partindo de uma particular rede de relações de um objeto, que se ramifica e multiplica (de forma aparentemente inumerável) à medida que lhe é acrescentado significado por via da associação com outros objetos.

Desta forma, é gerada uma rede de informação, por oposição a uma coletânea estática, que fomenta a erupção de novos significados por parte de cada utilizador perante um conjunto de objetos estanque.

O *Hyper-stacks* representa a possibilidade de resgatar o arquivo da condição inerte que lhe é associada por defeito dentro do domínio do museu, fazendo uso dos meios digitais para permitir ao utilizador elaborar e revelar relações que não seriam de outra forma possíveis de conceber.

Conclusão

Atividades como aquisição, categorização e preservação são aspetos técnicos associados ao arquivo que se podem tornar explicitamente políticos na medida em que estabelecem visibilidade e acesso. Determinar aquilo que é contemplado no arquivo e aquilo que é deixado de parte (eventualmente esquecido ou destruído) influencia sobremaneira a coletânea arquivista e, conseqüentemente, a memória social.

Os documentos que fazem, no seu conjunto, o arquivo não compreendem somente conteúdo histórico e factual, mas são também o reflexo do ímpeto dos seus criadores, do público que alcançam e, ainda, dos contextos legais, técnicos, sociais e culturais onde o autor e o público operam e onde o documento adquire significado.

Os arquivos têm capacidade para privilegiar e para marginalizar, podendo ser uma ferramenta de hegemonia ou uma ferramenta de resistência – ambas relações de poder. Ademais, são a forma de validar as narrativas que dão sentido e coerência à identidade de indivíduos, grupos e sociedades.

Os arquivos sempre estiveram na intersecção entre o passado, o presente e o futuro. Nesse sentido, os arquivistas devem estar aptos a responder aos desafios da contemporaneidade e a agir perante a continuidade ou mudança face aos conceitos, necessidades e usos da memória, da informação, do conhecimento.

Na discussão acerca da posição do arquivo no seio das lógicas que definem uma sociedade e a sua identidade cultural e histórica, aquilo que se encontra em jogo é o poder do registo, caso seja dado a conhecer, ou remetido ao esquecimento.

Referências

- Groys, B. (2013). Art Workers: Between Utopia and the Archive. In *E-flux*. Acedido a 10 de Maio de 2019, disponível em: <https://www.e-flux.com/journal/45/60134/art-workersbetween-utopia-and-the-archive/>
- Groys, B. (2000). On the New. In *Res. anthropology and aesthetics* (N. 38, pp. 5-17). Cambridge, Harvard University.
- Orsi, S. (2015). *Do arquivo ao novo: impactos da tecnologia digital no armazenamento e disseminação da informação na cultura contemporânea*. [Dissertação de mestrado em Design de Comunicação e Novos Media pela Faculdade de Belas-Artes das Universidade de Lisboa, Portugal].
- Schwartz, J. M. & Cook, T. (2002). Archives, Records, and Power: The Making of Modern Memory. *Archival Science*, 2: 1–19.
- Sluis, K. (2017). Accumulate, aggregate, destroy. Database Fever and the archival web. In A. Dekker (Ed.), *Lost and Living (in) Archives, Collectively Shaping New Memories* (pp. 22-43). Holanda: Valiz.
- Soulellis, P. (2017). Urgent Archives. Acedido a 11 de Maio de 2019, disponível em: https://docs.google.com/document/d/17zCniAnhEZnK_Wam7EvoBXFoXns0cBF_IzLlfoPod-Q/edit
- Van Dijck, J. (2004). Memory matters in the digital Age. In *Configurations* (vol. 12, n. 3, pp. 349-373). Johns Hopkins University Press.